

ACIMA DE TUDO, A DEMOCRACIA

PROPOSTAS E IDEIAS PARA UM NOVO BRASIL





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ACIMA DE TUDO, DEMOCRACIA	7

DOCUMENTOS TEMÁTICOS

COMBATE À POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL	9
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREENDEDORISMO, EMPREGO E RENDA	12
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	15
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	17
REFORMA DO ESTADO	20
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR	23
SAÚDE	25
SEGURANÇA	28
SISTEMA ELEITORAL E FINANCIAMENTO	30

APRESENTAÇÃO

Este documento é o resultado de um processo de radicalização. Não a radicalização de confrontos, de conflitos ou de divisões que vem marcando a vida política nacional nos últimos anos. Mas daquilo que a política tem de mais precioso: a democracia. Ao longo dos últimos três meses de 2019, o PSDB promoveu uma experiência inédita entre os partidos brasileiros: um processo de ampla consulta às bases para ouvi-las a respeito de questões fundamentais para nosso país hoje. Usamos todos os meios de interação disponíveis para exercitar o diálogo: internet, redes sociais, chats, lives, seminários. Foram mais de meio milhão de interações, com participação de filiados, militantes e simpatizantes e de todos os que querem um Brasil melhor.

Neste documento, estão condensadas contribuições sobre nove áreas temáticas da agenda nacional: combate à pobreza, desenvolvimento econômico, educação, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, reforma do Estado, relações internacionais, saúde, segurança e sistema eleitoral. Também aborda a conjuntura política nacional. Recebemos sugestões, críticas e propostas sobre cada um desses temas, vindas dos mais diferentes cantos do país. São fruto de um debate aberto, transparente e democrático. Do presidente do partido à base, todos participaram com mesmo peso e importância. O PSDB construiu, foi às bases e convidou todos a pensar e a participar. Ouviu, muito mais do que falou.

O processo consistiu na aplicação de um questionário com 32 perguntas abertas para manifestação dos filiados ao PSDB por meio de uma página específica na internet. Concomitantemente, os assuntos de cada uma das áreas temáticas foram discutidos por um especialista do partido por meio de lives com a participação de internautas, que puderam endereçar perguntas e esclarecer dúvidas. As respostas ao questionário, as interações, as sugestões e críticas enviadas iluminaram e orientaram a redação de textos-base que foram levados à discussão de cerca de 600 delegados indicados pelos diretórios estaduais para, num sábado de dezembro em Brasília, debater a agenda do país. Cada plenária, dedicada a cada um dos temas, contou com a participação de cerca de 60 pessoas, com os debates coordenados por um relator designado pela direção nacional. Foram eles:



Floriano Pesaro
Combate à
pobreza e
proteção social.



José Aníbal
Conjuntura
política
nacional.



Luiz Carlos Hauly
Desenvolvimento
econômico, em-
preendedorismo,
emprego e renda.



Edgar de Souza
Educação, ciência,
tecnologia e ensi-
no superior.



Aspásia Camargo
Meio ambiente e
desenvolvimento
sustentável.



**Nelson
Marchezan Júnior**
Reforma
do Estado.



**Aloysio Nunes
Ferreira**
Relações
internacionais e
comércio exterior.



Marcus Pestana
Saúde.



**Cel. José Roberto
Rodrigues**
Segurança.



Mateus Wesp
Sistema eleitoral
e financiamento.

Os textos finais, resultado dos processos de interação presencial e virtual e dos debates realizados durante o Congresso Político do PSDB em 7 de dezembro de 2019, estão aqui publicados para conhecimento e discussão dos brasileiros, no intuito de colaborar para a construção de uma nova agenda para um novo país. O PSDB é de todos e este documento é mais uma etapa da nossa reconexão com os brasileiros.

Bruno Araújo,
presidente nacional do PSDB



ACIMA DE TUDO, A DEMOCRACIA

O PSDB tem compromisso com valores e princípios. Deles não abre mão. O PSDB é um partido que tem convicções, que promove iniciativas e propostas para melhorar a vida dos brasileiros. Temos história. Somos um partido de conquistas e realizações. De presente e, sobretudo, de futuro.

O Brasil está vivendo um momento novo e somos parte dele. Ao longo do primeiro ano do atual governo, mais que um voto de confiança, o PSDB deu apoio parlamentar a propostas benéficas para o país debatidas e votadas no Congresso Nacional. Não é preciso muito mais para comprová-lo que nossa participação direta – em todos os passos da sua tramitação no Parlamento – na aprovação da reforma da Previdência, sempre acentuando seu viés social. Está no nosso DNA, na nossa origem: se é pelo Brasil, pelos brasileiros, votamos a favor. Assim sempre foi, é e continuará sendo. Nunca fomos pelo quanto pior, melhor.

Temos compromisso com a recuperação do país, também porque queremos que o Brasil supere a herança ruínosa e o atoleiro de anos de estagnação deixados pelo petismo, atraso que ainda vai exigir muitos esforços dos brasileiros para ser vencido. O PSDB é um partido que não foi criado para aderir. Nascemos há 31 anos para liderar, para construir alternativas. Votamos, apoiamos e aprovamos medidas por convicção, jamais por conveniência. Na agenda prioritária para o país, a do crescimento, da geração de emprego, renda e oportunidades, do combate às desigualdades, estamos onde sempre estivemos: a favor das reformas. Estamos a favor da liberdade de iniciativa; do combate à burocracia e a privilégios das corporações; da responsabilidade com as contas públicas; da luta sem trégua contra as desigualdades

e da promoção da justiça social e do bem-estar comum. O maior compromisso do PSDB é com a democracia. Valorizamos e prezamos as instituições, o Estado democrático de direito, as liberdades, a tolerância, a diversidade de pensamentos, de opiniões e de escolhas.

Sempre que o governo – qualquer governo – investe contra as instituições, age com desrespeito e intolerância, ameaça a nossa democracia e as liberdades, adota iniciativas e atitudes autoritárias e anticivilizatórias, o PSDB esteve, está e estará do lado diametralmente oposto. O PSDB sempre manifestou, e o reitera e enfatiza neste momento: jamais admitiremos qualquer tentativa de retorno aos tempos sombrios do autoritarismo. Repudiamos o sectarismo, o obscurantismo e a incitação à violência. Consideramos que o governo – qualquer governo – não deve interferir em costumes e valores comportamentais de cada indivíduo. A cada cidadão cabe exercer a sua plena liberdade de ser. Há anos, vindo de ambos os lados dos extremos políticos, temos visto iniciativas que afrontam a civilidade, que alimentam a intolerância e a truculência, que desrespeitam nossas instituições e que lançam ameaças contra a nossa democracia. Trata-se de uma marcha de retrocesso e insensatez. Sempre que isso ocorreu e ocorre – vindo de quem quer que seja – o PSDB esteve e estará na oposição.

Dizemos “não” a despropósitos que envenenam o país e acentuam conflitos que alimentam uma insana, indesejável e condenável guerra entre brasileiros, gerando instabilidade em todos os aspectos da vida nacional. Mas dizemos “sim” à modernização da economia ora em curso, a fim de promovermos o quanto antes o desenvolvimento econômico e social, a geração de empregos e a redução das desigualdades – em suma, a melhoria de vida das pessoas. O Brasil não tem tempo a perder. Temos pressa para que o país volte a crescer e a gerar oportunidades para os milhões sem trabalho. Somos um partido reformista, por convicção e por prática.

Sempre que for para fazer o país voltar a avançar, modernizar nossa economia, dar oportunidades iguais para todos, combater privilégios e promover desenvolvimento com muito mais justiça social, contem com o PSDB. E sempre que a democracia, as instituições, a liberdade e os direitos individuais forem ameaçados, o PSDB estará firme em sua defesa. Vamos lutar, sempre, pelo Brasil.

COMBATE À POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL

*Mais autonomia,
respeito e dignidade
para todos*

O PSDB tem a promoção da justiça social e o combate à desigualdade no seu DNA. Na nossa visão, o Estado deve atuar para promover mais equidade, mais prosperidade e mais oportunidade para todos. Deve agir para que todos tenham as mesmas condições de estudar, trabalhar, gerar renda e construir a sua própria autonomia.

A rede de proteção social existente hoje no país nasceu no governo do PSDB. É com este mesmo olhar que levamos adiante, onde quer que governemos, políticas sociais que colocam o cidadão no centro das políticas públicas e que consideram o desenvolvimento local e sustentável na sua construção. Nenhuma prosperidade econômica pode prescindir da justiça social, nem renunciar ao desafio de reduzir a vexatória desigualdade que destrói sonhos e potenciais de milhões de brasileiras e brasileiros. Por isso, o PSDB propõe – da mesma forma que o fez com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que iniciou uma nova era de responsabilidade nas contas públicas do país – que seja adotada uma Lei de Responsabilidade Social que preveja a obrigação dos governos de atuar de forma minimamente satisfatória no combate à desigualdade social e no incentivo à inclusão social, educacional e produtiva.

Para superar a pobreza, é preciso abordagem integral, multidisciplinar e intersetorial, que una políticas públicas de assistência social, educação e saúde, com atenção especial ao combate à evasão escolar, à garantia de segurança alimentar e de qualidade das condições de habitabilidade (ou seja, habitação salubre e digna). A rede não governamental de prestação de serviços relacionados à promoção de bem-estar também deve ser sempre considerada e integrada a estes esforços.



É necessário abordar a pobreza de forma multidimensional, em todos os seus aspectos, e não apenas de renda, como forma de identificar deficiências e superá-las. As famílias devem ser o foco das políticas assistenciais, sempre com vistas a promover a emancipação e a independência dos que hoje ainda necessitam do Estado. Crianças, jovens e idosos devem receber atenção especial das políticas sociais, com papel protagonista das mulheres – sem, contudo, isentar os homens, principalmente pais, de suas responsabilidades. Em particular, os governos devem empreender combate sem tréguas ao trabalho infantil. Consideramos que políticas de transferência de renda devem continuar existindo, mas devem ser aperfeiçoadas e transformadas em políticas de Estado.

Devem sempre estar baseadas na exigência de contrapartidas, que precisam ser enfatizadas e ampliadas, principalmente no sentido de incentivar a qualificação profissional para que o beneficiário consiga deixar de depender do benefício.

Nunca é demais lembrar que o Bolsa Família nasceu da junção de políticas sociais lançadas pelo governo do PSDB. Tornou-se um patrimônio dos brasileiros, que deve ser resguardado de ingerências e manipulações políticas. Também consideramos que devam existir políticas de renda universal, uma espécie de renda mínima. Todos devem ter direito a uma “fatia do bolo”, a uma compensação monetária, o que colabora para o bem-estar, a qualidade de vida, o consumo e, por conseguinte, para a geração de renda

“O país ainda tem um histórico de desigualdades – sociais, raciais, culturais, regionais – que precisam ser enfrentadas.”



e de emprego. Para tanto, é importante reforçarmos o Cadastro Único como base de dados unificada e compartilhada por todos os entes federados.

Respeitando a responsabilidade fiscal, os recursos para as políticas sociais devem estar garantidos no Orçamento Geral da União, a fim de evitar que parte tão sensível do tripé do Estado de bem-estar, sobretudo saúde e educação, fique à mercê de governantes de plantão.

O país ainda tem um histórico de desigualdades – sociais, raciais, culturais, regionais – que precisam ser enfrentadas. Neste sentido, defendemos a manutenção da política de cotas, com atenção a critérios de renda, com inclusão de pessoas com deficiência, e raciais. Acreditamos também que, como ferramenta efetiva para o combate dessas desigualdades, o Estado deve se tornar indutor de iniciativas pautadas nos conceitos de economia criativa e solidária, sempre respeitadas as particularidades locais.

O cidadão deve ser sempre respeitado e considerado na sua pluralidade, sem preconceitos, com respeito à diversidade de gênero, orientação sexual, raça ou crença. Sem isso, não existe democracia. É na convivência respeitosa entre os diferentes que está a esperança de um país melhor. Somos contra toda forma de ódio, discriminação, preconceito e violência.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREENDEDORISMO, EMPREGO E RENDA

*Um choque de
prosperidade*



País cuja economia não cresce não tem perspectiva. Da mesma forma, não haverá crescimento sustentado se o Estado brasileiro não recuperar suas condições de solvência, não reequilibrar as contas devastadas pela irresponsabilidade fiscal e não redefinir suas dimensões e seus papéis. Para tanto, a agenda é uma só: a das reformas estruturais. Na primeira eleição para a presidência da República que disputou, com Mario Covas, o PSDB propôs ao país um “choque de capitalismo”. Passados 30 anos, aquele sonho ainda não se concretizou, mas este ainda é o caminho a ser perseguido. Mais até, precisamos de um choque de prosperidade.

O PSDB renova sua convicção de que só a economia de mercado e a livre iniciativa são capazes de produzir prosperidade, empregos, oportunidades e o bem-estar que o povo precisa, sempre com compromisso inegociável com o respeito à sustentabilidade. Vamos continuar lutando pela estabilidade econômica conquistada com o Plano Real, que derrotou a inflação, com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com alguns de nossos maiores ativos, como o Simples, o Super Simples, o Microempreendedor Individual (MEI), a Lei das S/A, que criou um novo mercado acionário, a Lei de Incentivo às Exportações e a reforma trabalhista. Recentemente, no atual governo, também lideramos a reforma da Previdência, fundamental para o controle dos gastos públicos e o equilíbrio das finanças nacionais. Chegou agora a hora da reforma tributária, que também tem DNA tucano. Uma verdadeira reengenharia simplificadora, com tecnologia 5.0 e assentada sobre o princípio da justiça social e da fraternidade/

solidariedade para harmonizar o Sistema Tributário Nacional aos padrões da OCDE. Como reforma essencial, impactará positivamente de imediato na economia (diminuindo custos), na formação de preços relativos de bens e serviços, melhorando as expectativas e, em consequência, na retomada dos investimentos internos e, sobretudo, externos. Bem como colocará fim à concorrência predatória e desleal, extinguindo favores e benefícios fiscais.

Com menores custos de produção e de contratação, haverá geração de renda, emprego e oportunidades de trabalho para os mais de 11 milhões de desempregados atuais, aumento dos salários e do poder de compras de milhões de brasileiros. Consequentemente, teremos um novo círculo virtuoso de crescimento econômico e a recuperação das finanças públicas dos três níveis de governo. É hora de exigir menos dos contribuintes e mais do resultado da arrecadação. Assim, são inadmissíveis quaisquer aumentos de tributos, regra de ouro da proposta do PSDB para a reforma tributária, assim como não alterar a partilha entre os entes. Num momento em que a sociedade se ressentida da escassez de recursos para ampliar e melhorar a oferta de serviços públicos, devem ser revistas as políticas de renúncias, isenções e concessões de benefícios fiscais, que hoje ainda consomem cerca de 4% do PIB. Defendemos que o governo federal os conceda de modo restrito e a apenas determinados setores, sempre sujeitos a contrapartidas, critérios e resultados avaliados periodicamente.

Quando estivemos no governo federal, realizamos concessões e privatizações que modernizaram a nossa economia. Consideramos que este ainda é o caminho a ser perseguido.





Apenas estatais e empresas públicas que se justificarem devem ser mantidas em poder do Estado. O processo de privatização precisa ser acelerado, com prioridade para aquelas companhias que dão prejuízos aos cofres públicos.

“É hora de exigir menos dos contribuintes e mais do resultado da arrecadação.”

Nosso compromisso é com a prosperidade e com a redução das desigualdades, com a promoção da livre iniciativa, do Estado eficiente, da ampliação dos investimentos, do incentivo ao empreendedorismo – a começar por micro e pequenas empresas e pelo cooperativismo – e à inovação.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Mais recursos para quem mais precisa: crianças e jovens



Não há futuro para uma nação que não ofereça ensino de qualidade e igualdade de oportunidades para seus cidadãos. A educação precisa ser alçada à condição de eixo central da transformação do país. O destino de cada criança não pode continuar sendo determinado pelas condições materiais de sua família ou pelo local em que nasceu ou vive. Nossa caminhada até que se produzam resultados minimamente satisfatórios é longa, mas o Brasil está atrasado neste processo em vários anos. Pior: neste exato momento, está andando ainda mais para trás, preso a equívocos e debates ideológicos estéreis. Não há bala de prata para promover educação de mais qualidade, mas é fora de questão que precisamos agir já, começando por acabar com as distorções na alocação dos recursos destinados à área.

O orçamento público da educação deve ser direcionado, prioritariamente, à educação básica (ensino infantil, fundamental e médio). A transição demográfica em curso, com redução significativa da população mais jovem e envelhecimento populacional, nos permite redimensionar a oferta para os anos iniciais de aprendizagem e formar novas gerações de docentes. A primeira infância é prioridade absoluta e urgente, a fim de promover, desde o início da trajetória escolar, igualdade de oportunidades a todos. Onde houver carência de vagas em creches públicas, os governos devem pagar creche em organizações filantrópicas ou em instituições privadas para famílias de baixa renda, viabilizando o quanto antes o acesso de todas as crianças.

Na renovação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, mecanismo que distribui recursos de tributos a

estados e municípios com objetivo fazer com que haja menos desigualdade entre as redes de ensino básico dos entes subnacionais), em trâmite no Congresso, a repartição de recursos públicos realizada por meio desse mecanismo deve levar em conta o tamanho da população, a avaliação de resultados e critérios de equidade social, beneficiando estados e municípios mais pobres e de alta vulnerabilidade social. Consideramos que o Fundeb também deve receber aporte maior de recursos federais.

Os professores são os artífices e principais aliados na construção de uma educação de qualidade. É necessário, acima de tudo, valorizá-los, a começar pela criação da carreira nacional de professor, pela definição de critérios curriculares para a nomeação de gestores educacionais e pela criação de incentivos para formação acadêmica em pedagogia e licenciatura. A educação brasileira deve estar voltada tanto à formação acadêmica quanto para ampliar as capacidades de nossos jovens para se inserir no mercado de trabalho. Isto exige expansão do ensino em tempo integral, combate à evasão escolar e ampliação do ensino técnico e profissionalizante, assim como o ensino de empreendedorismo. O ensino superior deve ser estimulado a buscar novas fontes de financiamento, incluindo a possibilidade de cobrança de mensalidades de alunos de alta renda em universidades públicas. Também deve ser considerado estabelecer, como forma de contrapartida, a obrigatoriedade de alunos formados por universidades públicas trabalharem compulsória e voluntariamente no serviço público por um período. Ainda neste sentido, consideramos que devem ser excluídas do teto de gastos – medida essencial para o equilíbrio das contas públicas – as despesas financiadas por meio de receitas próprias, convênios ou doações obtidas pelas instituições federais de ensino superior.

Inovação, uso intensivo de tecnologias, da robótica, da automação e da inteligência artificial devem estar associadas ao desafio de construir um país que cresça, seja mais produtivo, empregue mais e distribua melhor as riquezas que gera. A escola é o lugar do conhecimento e do saber, da formação da cidadania, da liberdade de pensamento, do debate de ideias, da pluralidade de opiniões e da diversidade. É onde se aprende a viver, a respeitar e a tolerar. Portanto, deve ser radicalmente democrática e inclusiva, um ambiente inovador, acolhedor e prazeroso.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ênfase na conservação, sem destruição



Está na nossa Constituição: todos têm direito de viver num meio ambiente ecologicamente equilibrado, defendido e preservado pelo poder público e pela coletividade para as gerações presentes e futuras. O dispositivo consta do art. 225 e foi uma contribuição do PSDB à época, inscrita, pela primeira vez no mundo, como um direito constitucional.

O meio ambiente é a única área em que o Brasil se destaca como potência global – temos a maior reserva de biodiversidade e de recursos naturais do planeta – e disso não podemos abrir mão. A devastação ambiental em grande escala é hoje ameaça à nossa civilização e deve ser rechaçada de maneira firme. Ao invés de regredir, devemos avançar, acompanhando a evolução das políticas ambientais, cujo eixo se transferiu da preservação ambiental para o uso sustentável dos recursos naturais, isto é, para o desenvolvimento sustentável e para a economia verde – para os quais nossa economia regional está vocacionada em virtude do tamanho, da diversidade e das potencialidades naturais de nosso território.

Devemos dar mais ênfase à conservação do que à simples preservação e intocabilidade dos recursos naturais. Integrar nossos parques e reservas, inclusive as indígenas, ao circuito do ecoturismo; transformar a biodiversidade amazônica e do cerrado em fonte geradora de biotecnologia, com a ajuda de empresas e instituições como a Embrapa; aproveitar melhor as riquezas e agregar valor aos produtos da floresta, com sua justa remuneração (pagamento

por serviços ambientais). Instrumentos de comando e controle, isto é, licenciamento e fiscalização, têm se mostrado insuficientes, ensejando sua complementação por sistemas de planejamento estratégico de informação e tecnologicamente avançados (como o do Inpe). Além disso, é urgente adotar instrumentos econômicos, fiscais e tributários para incentivar a conservação e a correta exploração dos nossos recursos naturais. O zoneamento econômico-ecológico tem que ser a base da tomada de decisões, acompanhado da necessária modernização das estruturas do Ibama e do ICMBio.

O Brasil é uma das poucas economias do mundo capazes de exibir a condição de importante produtor agrícola sem agredir o meio ambiente. Nosso agronegócio – assim como o setor industrial – continua demonstrando que é perfeitamente possível cultivar de maneira sustentável, sem avançar sobre os biomas a serem preservados, buscando maneiras de explorar de maneira mais eficaz áreas já desmatadas. As empresas brasileiras são parceiras do desenvolvimento sustentável e, desde a Conferência do Rio, em 1992, vêm demonstrando que a boa gestão ambiental é fator relevante de ganho de produtividade e, conseqüentemente, modernização tecnológica e desenvolvimento.

“...defendemos que o Brasil mantenha integralmente seus compromissos de redução de emissão de gases de efeito estufa firmados globalmente”

Nosso país e nossa diplomacia têm tradição de combate ao aquecimento global e, em particular, de apoio e adesão às metas voluntárias do Acordo de Paris e aos Objetivos do Desenvolvimento Sus-



tentável pactuados pela ONU para 2030. Nelas deve perseverar. Neste sentido, defendemos que o Brasil mantenha integralmente seus compromissos de redução de emissão de gases de efeito estufa firmados globalmente, aceitando, inclusive, ajuda financeira internacional, definida de comum acordo e sempre obedecendo às prioridades nacionais e aos princípios da nossa soberania. O mundo já vive em plena transição energética e o Brasil pode se transformar numa das maiores economias de baixo carbono globais, em consonância com os principais objetivos do Acordo de Paris.

Nosso país apresenta uma das economias mais limpas do mundo, com 65% de matriz energética originária das hidrelétricas, e com amplas condições de avançar ainda mais na expansão de suas fontes renováveis. Consideramos inaceitáveis iniciativas que possam desestimular a produção de energia limpa no Brasil. As cidades precisam ser inteligentes e sustentáveis, conjugando as novas tecnologias que revolucionam a gestão. Devemos estar atentos às necessidades do meio ambiente urbano, onde vivem 80% dos brasileiros, dando prioridade ao saneamento e ao transporte sobre trilhos.

O Brasil e os brasileiros precisam cuidar da proteção de seu extraordinário patrimônio natural e promover o desenvolvimento sustentável, num encontro da responsabilidade com a cidadania, ancorado também na educação ambiental.

REFORMA DO ESTADO

Foco dos serviços na satisfação do cidadão

É urgente e necessária a reconfiguração da administração pública para dotá-la de maior capacidade operacional, transparência e eficiência orientadas à modernização e transformação do Estado. Sua existência, sua utilidade e seu propósito têm de ser os cidadãos. No que se refere à gestão, implementar práticas de boa governança, contabilidade, gestão de resultados ao estilo empresarial no governo e na administração pública em geral já notabilizou muitas gestões tucanas, sempre com ênfase na satisfação da população.

No entanto, o Brasil vive momento de colapso das finanças públicas e restarão poucos recursos para a gestão se uma verdadeira reforma administrativa não for realizada. A gestão pública deve estar, cada vez mais, baseada em evidências e melhores práticas. Privatizações e concessões são alternativas eficientes para desafogar o Estado e livrar os brasileiros dos prejuízos do gigantismo estatal: corrupção, apadrinhamentos, má prestação de serviços e desperdício de recursos orçamentários, entre outros. Entretanto, se outras mudanças não forem realizadas na máquina administrativa, esses recursos, além de finitos, não chegarão aos cidadãos, sendo direcionados a pagar despesas de pessoal e correntes ou cobrir rombos previdenciários.

Negar bem-estar às pessoas e impedir a economia brasileira de se desenvolver por interesses corporativos não é aceitável. As parcerias público-privadas já modificaram a vida de muitos brasileiros e também precisam avançar mais agora, sobretudo em infraestrutura. Acesso a água e esgoto, energia, rodovias, portos e ferrovias de qualidade, investimentos de grande porte em tecnologia, como o PSDB fez na telefonia, devem ser priorizados.



PSDB
PELO BRASIL



Em particular, e em consonância com projeto de lei em tramitação no Congresso, serviços estaduais e municipais de água e esgoto devem ser privatizados, com imposição de metas de universalização a serem cumpridas pelas novas concessionárias. É missão urgente promover a expansão do saneamento, cuja escassez envergonha a civilização brasileira. O instrumento da contratualização é o caminho para preencher outra lacuna na prestação de serviços públicos. Saúde, educação e atendimento social cada vez consomem mais o orçamento e exigem novas abordagens: podem ser prestados tanto diretamente pelo Estado quanto por entidades privadas, sempre – e somente – com base no interesse público e do cidadão. Os serviços devem ser públicos, mas não necessariamente estatais. Devemos fugir do engessamento inerente ao Estado e optar por menores custos, com maior qualidade, maior oferta, mais inovação, mais gestão por resultado, melhores estruturas de trabalho.

Os servidores concursados são especiais, e suas atribuições também devem ser. Suas carreiras devem ser focadas em planejamento, elaboração, regulação e fiscalização. As carreiras devem ser atrativas, em todos os poderes e instituições, com remunerações idênticas, proporcionais às funções. Gratificações e benefícios devem ser poucos e limitados, sempre vinculados a desempenho, responsabilidades e chefias. Não devem ser incorporáveis e não devem ter avanços automáticos por tempo de serviço nas carreiras. Em particular,

“Nenhum funcionário público pode ganhar mais que o teto de remuneração constitucional, regra que não deve admitir nenhuma exceção, subterfúgio ou artifício.”

consideramos que a estabilidade dos funcionários públicos deve ser relativizada, com definição de critérios de desempenho e procedimentos de desligamento que resguardem o interesse público. Nenhum funcionário público pode ganhar mais que o teto de remuneração constitucional, regra que não deve admitir nenhuma exceção, subterfúgio ou artifício.

Os cargos e funções de livre nomeação são essenciais para oxigenar e diversificar as experiências, especialmente nesta era de inovação, tecnologia e aproximação com o mercado. No entanto, em função das restrições fiscais, os governos devem empreender esforços para reduzi-los, adotando critérios rígidos de capacidade e habilidades definidos em lei para contratações para funções específicas.

Atividades operacionais, de repetição, devem ser direcionadas a contratualizados do mercado que apresentem melhores resultados e a eles deve caber executar os serviços, segundo regras e fiscalização estabelecidas pelo Estado.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR

*Mais integração,
mais desenvolvimento*



A diplomacia brasileira tem tradição de respeito, tolerância e equilíbrio. Estes preceitos e valores necessitam ser reestabelecidos. É preciso reafirmar os princípios norteadores da nossa política externa, inscritos na nossa Constituição como compromissos do Estado brasileiro, bem como respeitar e valorizar a excelência profissional do nosso corpo diplomático.

Nossa política externa deve ter como objetivo maior a promoção do desenvolvimento do país nos planos econômico, social e cultural. Sua formulação precisa levar em conta análises rigorosas e isentas de preconceitos ideológicos ou partidários das oportunidades que se apresentam na conjuntura internacional para a promoção dos interesses nacionais. O PSDB praticou essa linha no governo Fernando Henrique e na atuação recente dos nossos chanceleres. Foi esse o princípio que sempre defendemos e é a partir dele que atuamos na oposição ontem e devemos atuar hoje.

A política externa brasileira deve ter como foco o multilateralismo e a independência em relação às principais potências. Nosso relacionamento internacional há de ser amplo, universal, sem exclusões ou alinhamentos automáticos. O Brasil precisa amplificar sua atuação em grandes temas globais, inserindo-se em debates mais amplos, nos quais nossa contribuição como país é relevante, especialmente em assuntos relacionados a direitos humanos, meio ambiente e cooperação no combate internacional ao tráfico de pessoas, armas e drogas.

Devemos também ampliar os espaços de influência brasileira em âmbito regional, dando prioridade à América do Sul como cenário imediato da nossa atuação. A integração com nossos vizinhos

do Mercosul e também da Aliança para o Pacífico pode ser plataforma poderosa para nossa inserção no resto do mundo. Nossa voz no continente há de ser sempre no sentido de estimular o diálogo e valorizar a democracia. Precisamos de mais e não menos negócios com o resto do mundo, revertendo o isolamento que tem marcado nossa política exterior em boa parte deste século. Neste sentido, manifestamos firme apoio à negociação de novos acordos de livre comércio pelo Brasil.

Devemos buscar sempre a inserção de forma competitiva nos fluxos mundiais de comércio, investimento e tecnologia, bem como estabelecer novos espaços em organismos internacionais. Nossas empresas produzem com qualidade, mas de forma cada vez menos competitiva, dados os altos custos internos. É preciso criar condições que colaborem para que se integrem nas cadeias produtivas globais e para diversificar nossa matriz de exportações, o que demanda profunda melhoria, racionalização e simplificação do ambiente econômico interno.

“É da nossa tradição diplomática, e urge reestabelecer, o firme compromisso com o repúdio às tiranias”

É da nossa tradição diplomática, e urge reestabelecer, o firme compromisso com o repúdio às tiranias, o direito à paz, a solidariedade internacional em defesa da democracia, o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente. São traços marcantes da nossa identidade internacional que devemos recuperar, aperfeiçoar e preservar

SAÚDE

Garantir atendimento de qualidade aos brasileiros



Passados mais de 30 anos do lançamento dos pilares do Sistema Único de Saúde (SUS) no processo constituinte de 1988, chegou o tempo da maturidade. Os avanços são inegáveis, mas é preciso reconhecer a distância abissal a separar o SUS constitucional daquele que ganha vida real e concreta no cotidiano da população. O SUS é uma obra em permanente construção. Com tropeços e obstáculos, gargalos e vazios assistenciais, sempre houve avanços. Todavia, é inevitável perceber retrocessos nos últimos anos diante da brutal recessão e do agravamento da crise fiscal.

Não há saídas simples para problemas complexos. O subfinanciamento crônico do sistema público de saúde brasileiro é uma realidade incontestável. Diante da crise fiscal que inibe a expansão de gastos públicos no Brasil nos próximos anos, é preciso agir. Depois de 30 anos de existência do SUS, vivemos um impasse: a contradição entre um marco constitucional e legal excessivamente generoso e aberto, financiamento insuficiente e pressão de custos crescentes em função da transição demográfica e da veloz incorporação de inovações tecnológicas.

Diante de tamanho desafio, faz-se necessário:

- Definir claramente o padrão de integralidade a ser oferecido à população, atacando o problema da judicialização da saúde e aprimorando métodos e instituições voltadas para a regulação da incorporação tecnológica;

- Buscar novas fontes de financiamento (reconfiguração do DPVAT, redistribuição de vinculações, redirecionamento de recursos oriundos do fim de renúncias e subsídios, multas sobre quem provoca acidentes e agressões ocasionando despesas assistenciais, avaliação da introdução de copagamento na assistência farmacêutica, melhoria do sistema de compensações da saúde suplementar);
- Erguer formas efetivas de cooperação com a saúde suplementar para ampliação do acesso, inclusive com nova regulamentação de seu marco regulatório. Para o SUS, diante de suas limitações, é imprescindível que a saúde suplementar vá bem;
- Investir pesado no uso de ferramentas tecnológicas de gestão e regulação para o aumento da produtividade dos recursos (prontuário eletrônico, centrais de regulação de acesso, classificação de risco, Cartão SUS, telemedicina, educação e qualificação à distância, callcenter assistencial, etc.);
- Qualificar e dar resolutividade à atenção primária à saúde, sem o que qualquer esforço será inútil;
- Combater os desperdícios, a ineficiência e a corrupção;
- Desenhar melhor a regionalização do sistema, visando ganhos de escala, escopo e qualidade, a partir da concepção de redes integradas de atenção à saúde envolvendo pequenos, médios e grandes municípios;
- Serviço social obrigatório para profissionais de saúde formados em universidades públicas;
- Universalização acelerada do acesso ao saneamento, essencial para combate às doenças endêmicas;
- Estruturação de carreiras públicas contra a precarização das relações de trabalho e para a descentralização de recursos humanos, mas avaliando outras formas de organização institucional (organizações sociais, filantrópicas, consórcios intermunicipais, parcerias público-privadas) mais adequadas à prestação de certos serviços;

- Financiar com recursos públicos residências prioritárias para o SUS;
- Rever o pacto federativo setorial para aliviar a sobrecarga sobre os municípios e respeitar a diversidade social, econômica e cultural em um país continental;
- Estabelecer protocolos clínicos nacionais para a orientação de técnicas, insumos e procedimentos com a melhor relação custo-efetividade;
- Investir em pesquisa e inovação na saúde – terapias gênicas, inteligência artificial aplicada, etc.

“As mazelas presentes no dia a dia dos usuários do SUS saltam aos olhos. Diante disso, a pior atitude é a inércia ou o refúgio em fundamentalismos sem base real.”

Não há mais lugar para discursos ufanistas. As mazelas presentes no dia a dia dos usuários do SUS saltam aos olhos. Diante disso, a pior atitude é a inércia ou o refúgio em fundamentalismos sem base real. Estancar os retrocessos e ter ousadia para mudar o que é preciso mudar, arquivando dogmas e enfrentando com coragem as novas perguntas que a realidade coloca diante de nós, é o caminho escolhido pelo PSDB.

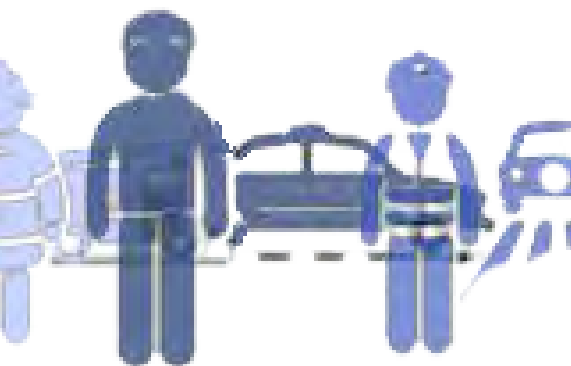
SEGURANÇA

Exercer a autoridade e respeitar direitos

A criminalidade é, com razão, uma das principais preocupações dos brasileiros. Restituir a tranquilidade à população, sem apelar para a truculência e sem atropelar direitos e liberdades assegurados por lei às pessoas de bem, continua sendo tarefa urgente dos governos e exigência dos brasileiros. É falso o dilema entre exercício de autoridade e respeito a direitos. Usar instrumentos legítimos de coerção e combate à criminalidade equivale a assegurar a liberdade de ir e vir a todos os que cumprem a lei e zelam pela ordem.

O PSDB defende o firme exercício do poder coercitivo do Estado. Uma política bem sucedida de combate à criminalidade, a exemplo do que governos tucanos vêm implementando com êxito em alguns estados, tem como prioridades a redução e prevenção de crimes violentos e o enfraquecimento das estruturas do crime organizado, a ser enfrentado com iniciativas estatais coercitivas, regulatórias e baseadas em evidências científicas. Requer, também, um sistema penitenciário reestruturado, com mais efetividade e eficiência para tirar mais criminosos das ruas – sobretudo chefes de quadrilhas e pessoas de alta periculosidade.

Concomitantemente, é desejável avançar na adoção de penas alternativas para delitos de baixa gravidade, com foco na reeducação e na reinserção social dos apenados. Em suma, fazer convergir políticas setoriais em ações de prevenção, repressão e reabilitação, bem como aumentar a eficácia dos sistemas de investigação, julgamento e punição de infratores e criminosos. Na prevenção, apoiar cada vez mais as iniciativas municipais em programas que colaborem para este fim e fortalecer as iniciativas estaduais. O crime é cada vez mais organizado, mas





as forças de segurança, com raras exceções, infelizmente não. Vencê-lo exige maior cooperação entre as unidades da federação e, sobretudo, a participação integrada e decidida do governo federal, que deve assumir suas responsabilidades nessa empreitada. Entretanto, apenas o uso da força não será suficiente.

É fundamental investir no aperfeiçoamento e na modernização das polícias, empregar inteligência e novas tecnologias para enfrentar o crime, com adoção de indicadores georreferenciados de violência e criminalidade, amplo e sistemático compartilhamento de dados e informações para organizar, orientar e potencializar a prevenção e a repressão. Em particular, julgamos que deve ser aumentada a punição para adolescentes acima de 16 anos em caso de ato infracional equiparado a crime hediondo, com violência ou grave ameaça, cuja internação seja feita em unidades específicas para este grupo. Consideramos que não deve haver retrocessos nas políticas de segurança levadas a cabo no país desde o Estatuto do Desarmamento. Neste sentido, defendemos maior – e não menor – regulação e controle sobre porte e posse de armas de fogo no país, em consonância com as melhores práticas e evidências científicas de combate à criminalidade disponíveis aqui e em todo o mundo. Que não restem dúvidas: o aumento do número de armas em circulação tem ligação direta com a alta do número de homicídios.

Antes de uma análise profunda das experiências internacionais, somos contra a liberação de drogas ilícitas. Defendemos, contudo, a permissão do uso no país dos princípios ativos da cannabis para fins medicinais. Não compactuamos com milícias, rechaçamos tentativas de se instituírem poderes repressivos paralelos e não admitimos o exercício espúrio da força contra populações vulneráveis e vítimas da bandidagem.

SISTEMA ELEITORAL E FINANCIAMENTO

*Radicalizar
a democracia
e aproximar
a política
dos cidadãos*



A política só conseguirá recuperar o respeito que merece quando voltar a despertar confiança nos cidadãos. Este é o substrato que mantém de pé as instituições da democracia representativa e no qual reside a chave do respeito e da prosperidade das nações. Para vencermos a crise de representatividade atual, que não é exclusividade brasileira, é necessário radicalizar a nossa democracia e aproximar o eleitor de seus representantes. É preciso, sobretudo, explorar as possibilidades abertas pelas novas tecnologias para ampliar canais de participação e interação dos cidadãos com governos e governantes.

Faz-se necessário reconfigurar o sistema eleitoral para que espelhe de fato os anseios da população, valorize o voto do eleitor e fortaleça seu vínculo com os eleitos. Uma democracia cada vez mais participativa deve conferir mais voz e poder aos cidadãos, caminhar para um sistema eleitoral que supere a fragmentação partidária excessiva e, com ela, a dificuldade para formação de maiorias estáveis – com consequentes riscos de crises periódicas, como temos visto – que o modelo proporcional em vigor acarreta. O fim das coligações proporcionais a partir da eleição municipal de 2020 é apenas um começo para evitar as distorções do sistema atual e assegurar mais fidelidade à vontade do eleitor.

O passo seguinte deve ser a adoção do voto distrital, que aproxima os eleitores de seus representantes no Legislativo, permite melhor acompanhamento e escrutínio do exercício dos mandatos, reduz custos de campanha e, desta forma, também diminui a influência do poder econômico e/ou de corporações com grande capacidade de mobilização sobre a política, além de colaborar para evitar a excessiva fragmentação partidária.



Partidos são associações civis, de modo que não há nada mais natural do que voltarem a ter suas atividades financiadas por recursos oriundos da sociedade civil, por meio do financiamento privado, sujeito a regras e limites e sob rigorosa fiscalização. Isso não impede que também recebam recursos públicos, como ocorre na maioria das grandes democracias do mundo. Afinal, embora sejam entidades privadas, partidos políticos são peças essenciais para o funcionamento do regime democrático. O que não se deve é torná-los dependentes do Estado, nutridos apenas, ou majoritariamente, por recursos públicos. O instituto da reeleição deve ser mantido.

De nossa parte, o PSDB deve adotar e promover novas práticas internas, a começar por um sistema mais democrático de escolha de candidaturas. Em particular, o partido deve realizar prévias para a escolha de candidatos a cargos majoritários (presidente da República, governador, prefeito e senador), abertas à participação de todos os filiados. Para nós, política só existe uma: a que põe o cidadão no centro das ações e atenções do Estado.

